

» Entrevista | **MARIA DO CARMO CARDOSO** | PRESIDENTE DO TRF1

Com mandato até 2028 à frente do tribunal, magistrada acredita que a presença de uma mulher em um posto de liderança ajuda a abrir caminho para outras

“Avançamos, mas ainda há obstáculos”

» ANA DUBEUX
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA

Desde abril na presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso está à frente de uma corte marcada pela diversidade. Com mandato previsto até 2028, a magistrada tem se dedicado a ouvir os servidores. “Estamos presentes em 12

estados e no Distrito Federal, com realidades completamente diferentes entre si”, diz. Com uma trajetória na advocacia antes de ingressar na magistratura, a desembargadora está preocupada com a qualidade do serviço oferecido pela Justiça à sociedade. “É nas Seções Judiciárias que a Justiça Federal pulsa com

mais intensidade, porque é ali que o cidadão encontra a instituição”, conta. Maria do Carmo Cardoso também comentou sobre temas relevantes no Judiciário, como maior presença de mulher, combate ao assédio e uso de Inteligência Artificial. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Ascom/TRF1

A senhora assumiu a presidência do tribunal em abril. O que já foi possível fazer neste início de mandato?

Eu tenho procurado dedicar esse início de gestão muito à escuta. O TRF1 é um tribunal com uma realidade muito diversa. Nós estamos presentes em 12 estados e no Distrito Federal, com realidades completamente diferentes entre si. Uma das primeiras preocupações foi justamente ouvir magistrados, servidores e gestores das Seções Judiciárias para compreender, de forma mais próxima, as necessidades de cada unidade. Eu sempre digo que é nas Seções Judiciárias que a Justiça Federal pulsa com mais intensidade, porque é ali que o cidadão encontra a instituição. Também iniciamos discussões voltadas ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e da modernização tecnológica do tribunal. Mas tenho insistido em uma ideia: tecnologia é importante, mas ela precisa servir às pessoas. Nenhuma inovação faz sentido se não melhorar efetivamente a prestação jurisdicional.

Em seu discurso de posse, a senhora mencionou a urgência de haver mais mulheres nos espaços de poder. O que precisa ser feito para isso se tornar realidade?

Eu vivi muitas das dificuldades que outras mulheres viveram ao longo da carreira. Quando cheguei a Brasília, ainda muito jovem para advogar, a presença feminina em posições de liderança era muito menor do que hoje. Nós avançamos, sem dúvida. Mas ainda existem obstáculos que, muitas vezes, não aparecem de forma explícita. Por isso, eu acredito muito no exemplo. Quando uma mulher ocupa espaços de liderança com naturalidade, competência e equilíbrio, ela também ajuda a abrir caminhos para outras. Hoje temos magistradas, advogadas, professoras, procuradoras e servidoras extremamente qualificadas. O desafio é fazer com que essas trajetórias tenham cada vez mais visibilidade e oportunidades.

Recentemente o tribunal promoveu um evento sobre prevenção ao assédio e à discriminação. Como enfrentar esse problema que afeta toda a sociedade?

Esse é um tema que precisa

ser tratado com muita seriedade e também com muita responsabilidade. O enfrentamento ao assédio começa pela educação e pelo respeito. Não existe ambiente institucional saudável quando as pessoas trabalham com medo, constrangimento ou sensação de invisibilidade. O que buscamos no tribunal é fortalecer uma cultura de respeito mútuo. As campanhas, os debates e as ações de conscientização têm exatamente esse objetivo. Muitas vezes, a prevenção é tão importante quanto a própria punição.

O TRF1 é responsável por cinco biomas no país. De que forma tem contribuído para a preservação ambiental?

A Primeira Região possui uma responsabilidade muito grande nessa área, porque temos jurisdição em cinco biomas: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga e mata atlântica. A atuação do tribunal

ocorre principalmente por meio do julgamento de questões que envolvem proteção ambiental, regularização fundiária, povos tradicionais, atividades econômicas e desenvolvimento sustentável. São temas complexos, porque, muitas vezes, envolvem interesses legítimos que precisam ser harmonizados. O papel do Judiciário não é escolher um lado, mas assegurar que a Constituição e a legislação sejam observadas, buscando equilíbrio e segurança jurídica.

O ex-presidente do STF Luís Roberto Barroso considera positiva a IA nos tribunais. A senhora concorda?

Eu vejo a inteligência artificial como uma ferramenta importante para auxiliar o Poder Judiciário. Nós lidamos diariamente com um volume muito grande de processos e informações. Ferramentas tecnológicas podem ajudar na

organização desses dados e contribuir para maior eficiência. Mas faço sempre uma observação: a decisão judicial continua sendo humana. Nenhum sistema substitui a capacidade de reflexão, a experiência, a sensibilidade e a responsabilidade do magistrado. A tecnologia pode apoiar o juiz. Ela não pode substituir o juiz.

Como avalia a questão do contracheque único para o Judiciário?

Transparência é um valor fundamental para qualquer instituição pública. Ao mesmo tempo, esse é um tema que envolve aspectos técnicos, administrativos e normativos que precisam ser analisados de forma cuidadosa pelos órgãos competentes do Poder Judiciário. O importante é que qualquer medida adotada preserve a transparência das informações e a segurança jurídica dos sistemas existentes.

STF julgará uberização em junho

» IAGO MAC CORD

O ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), pautou para 24 de junho a retomada do julgamento que definirá se há vínculo empregatício entre motoristas, entregadores e plataformas digitais como Uber e Rappi. A tese fixada pelos ministros terá repercussão geral: deverá ser obrigatoriamente seguida por todas as instâncias da Justiça no Brasil.

A análise conjunta engloba o Recurso Extraordinário (RE) 1446336, de relatoria do próprio Fachin, que envolve a Uber, e a Reclamação (Rcl) 64018, relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, referente a Rappi.

Ambas as empresas contestam decisões da Justiça do Trabalho que reconheceram o vínculo de emprego, sob o argumento de que o

atuam apenas como plataformas tecnológicas de intermediação de serviços, sem a subordinação direta exigida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O ponto central do debate reside no conceito de “subordinação algorítmica”, defendida por representantes dos trabalhadores e pela Defensoria Pública da União (DPU). Para esses grupos, as plataformas exercem um controle real sobre a prestação de serviço ao definir tarifas, trajetos, metas e aplicar punições, o que descaracteriza a autonomia do prestador.

Por outro lado, a Procuradoria-Geral da República (PGR), sob Paulo Gonet, manifestou-se contrariamente ao vínculo empregatício, sustentando que a Constituição Federal permite formas flexíveis de contratação e que o

reconhecimento de tal vínculo feriria os princípios da livre iniciativa e da liberdade econômica.

Já a Advocacia-Geral da União (AGU) propôs um caminho intermediário: garantir os direitos mínimos, como piso remuneratório, limite de jornada de conexão, contribuição previdenciária e seguro de vida, mas sem a obrigatoriedade do registro em carteira nos moldes tradicionais.

Aumento de custos

De acordo com dados apresentados pela Uber, uma decisão favorável ao vínculo celetista provocaria uma redução de 52% a 54% nos postos de trabalho e elevaria em cerca de 34% o preço médio das viagens para o consumidor final. Atualmente, a empresa enfrenta, aproximadamente, 41 mil processos sobre o tema na Justiça

do Trabalho. Estimativas indicam 10 mil processos semelhantes em tramitação no país.

Pesquisas citadas no processo em análise no STF informam que cerca de dois milhões de motoristas utilizam a plataforma. A maioria são homens negros com idade média de 41 anos. Eles trabalham, em média, 21 horas por semana, o que reforçaria a natureza de renda complementar e não de emprego padrão.

Iniciado em outubro do ano passado, o julgamento foi interrompido para análise dos ministros e, posteriormente, adiado por Fachin, que optou aguardar uma possível solução legislativa vinda do Congresso Nacional.

A distinção das ações de motoristas e entregadores sinaliza que o STF pode adotar soluções distintas para cada categoria.

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



Segurança e terrorismo em ano eleitoral

A decisão do governo norte-americano de classificar as facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas incendiou a pré-campanha eleitoral. Até então comedido nos comentários sobre o possível adversário nas urnas, o presidente Lula deixou a moderação de lado e partiu para cima do senador Flávio Bolsonaro. Além de acusá-lo de traidor da pátria, praticamente o chamou de miliciano durante um discurso raivoso em Sergipe.

O filho 01 do clã Bolsonaro também elevou o tom. Além de afirmar que a viagem para os Estados Unidos foi mais benéfica para o Brasil do que as políticas de segurança pública dos governos petistas, o senador reiterou uma suposta convicção do governo Lula com o crime organizado. “Vocês já viram um presidente da República tratar integrantes de PCC e Comando Vermelho como ‘nossos criminosos’?”, disse, na noite de sexta-feira, no evento de lançamento da pré-candidatura de Sergio Moro para governador do Paraná. “Nossos criminosos, Lula? Não, seus criminosos. A soberania que a gente defende é a soberania do povo brasileiro, é a soberania das 50 milhões de pessoas que vivem sob o domínio de narcoterroristas”, prosseguiu.

Flávio Bolsonaro afirmou o que entende por terrorismo no Brasil. “Um governo paralelo impondo violência, covardia, medo. O povo brasileiro não aguenta mais viver com medo por causa desse tipo de gente. E você escolhe defender esses marginais, ao invés de defender as vítimas dele, Lula? Não, o tempo deles está acabando e o seu também”, avisou.

Crise diplomática

Independentemente da definição conceitual de terrorismo e até mesmo da corrida eleitoral, o fato é que a crise diplomática entre Washington e Brasília é uma consequência do avanço do crime organizado no Brasil. O atual estágio transnacional do PCC resulta de seguidas falhas em políticas de segurança pública no âmbito federal e estadual. Há décadas se discutem medidas, no Congresso Nacional, para conter o avanço das facções no país; o Parlamento conta com uma bancada da bola, favorável ao confronto direto contra bandidos; o governo federal, em particular o presidente Lula em seu atual mandato, hesita em criar um Ministério da Segurança Pública. Preferiu envidar esforços em favor de uma PEC que segue perdida nos corredores do Congresso. E os estados, ao longo dos anos, têm perdido a queda de braço com as facções criminosas.

Nesse confronto, as facções têm obtido vitórias em estados governados tanto pela direita quanto pela esquerda. Começando pelo Rio de Janeiro: a capital brasileira mais conhecida do mundo está dividida por grupos como Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro e Amigos dos Amigos. Milhões de cariocas vivem sob o jugo de criminosos, além de milicianos. Nos últimos anos, o estado fluminense tem sido governado por políticos de tendência conservadora. E o que se observa é a infiltração crescente do crime organizado na estrutura estatal, a ponto de um presidente da assembleia legislativa ser preso. O estado de corrupção permanente no Rio de Janeiro, com seguidos governadores presos ou com a polícia no encaicho, dificulta uma ação mais firme do poder público. E amplia a vantagem do crime organizado.

Em São Paulo, o PCC completou 20 anos de atividade desde os conhecidos Crimes de Maio. Nascido nos presídios, o grupo adquiriu poder de fogo e de organização em seguidos mandatos de governadores de centro-esquerda à centro-direita. O atual ocupante do Palácio dos Bandeirantes, aliado do senador Flávio Bolsonaro, defende uma política de segurança de confronto. As estatísticas demonstram uma redução no número de homicídios, latrocínios, roubos e furtos. Mas o cenário ainda é desafiador, em razão da extensão das atividades criminosas da facção. As etapas da Operação Carbono Oculto indicam o grau de sofisticação da rede ilícita montada pelo PCC no mercado de combustíveis.

No Norte e no Nordeste do Brasil, o crime organizado se tornou um problema grave. Chama a atenção a situação na Bahia, estado historicamente governado por gestões petistas. O Atlas da Violência, divulgado na semana passada, enumera seis cidades baianas (Jequié, Juazeiro, Feira de Santana, Porto Seguro, Simões Filho e Camaçari) entre as mais perigosas do Brasil, com altas taxas de homicídio por 100 mil habitantes. As quatro cidades restantes no topo do ranking da violência ficam no Ceará, outro estado importante no mapa político do PT. São elas: Maranguape, Maracanaú, Itapipoca e Caucaia.

É consenso entre especialistas que a decisão do governo norte-americano de denominar o PCC e o CV terá efeitos limitados no Brasil, considerando questões como soberania. Mas é fato que o Estado brasileiro falhou ao permitir a ascensão de grupos organizados que só vêm ampliando o raio de ação ao longo do anos. O grave, na atual quadra, é que a crise de segurança pública se tornou um imbróglio diplomático, com reflexos na campanha eleitoral.

Neste cenário complexo, em meio à polarização eleitoral, é improvável que se chegue a um entendimento político. Haverá troca de acusações diariamente, sem um debate qualificado e racional sobre políticas de segurança pública. Terroristas ou não, os bandidos agradecem.

FACÇÕES TÊM
OBTIDO VITÓRIAS
EM ESTADOS
GOVERNADOS
TANTO PELA
DIREITA QUANTO
PELA ESQUERDA